

SUMÁRIO

PREFÁCIO ... 9

APRESENTAÇÃO ... 13

1 | OS JORNAIS DOS FILHOS E NETOS DE ESCRAVOS (1889-1930) ... 19

2 | OS DESCENDENTES DE AFRICANOS VÃO À LUTA EM TERRA
BRASILIS. FRENTE NEGRA BRASILEIRA *VERSUS* TEATRO
EXPERIMENTAL DO NEGRO ... 59

3 | OS PÉROLAS NEGRAS: A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA
REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 ... 96

4 | AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA
REPARAÇÃO HISTÓRICA ... 147

CONCLUSÃO – A NOVA ABOLIÇÃO ... 169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 173

PREFÁCIO*

A nova abolição, de Petrônio Domingues, representa uma combinação inovadora de afastamento e retorno na historiografia do período que vai do final do século XIX ao início do século XX no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo. Uma revisão de sua dissertação, este texto retoma um período importante no desenvolvimento social, político e econômico brasileiro: a transição, dos descendentes de povos das atuais Angola e Nigéria, da condição de escravos para trabalhadores livres; a substancial imigração de europeus meridionais, principalmente italianos, para o Estado de São Paulo; e as tensões entre uma monarquia em seus estertores, o republicanismo emergente e a mobilização integralista a partir dos militares, incorporada aos esforços e sucessos políticos de Getúlio Vargas. Decerto há outras forças que influenciaram e ajudaram grandemente a determinar o curso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, mas, devido ao fato de Domingues ter como foco a comunidade negra paulista desse período, o livro investiga a literatura existente sobre a comunidade negra, combinando novos dados primários e novas interpretações dos dados existentes para fornecer um retrato distinto do período imediatamente posterior à Abolição na principal cidade industrial do Brasil.

Em alguns aspectos importantes, o exame que Domingues faz do período pós-abolição nos remete à hoje clássica obra de Florestan *A integração do negro na sociedade de classes*, cujo próprio título dá ao leitor uma idéia

* Tradução de Carlos Alberto Medeiros, a quem o autor agradece

das preocupações do autor. Embora demonstre sua empatia para com a sorte e a condição dos negros livres na transição da escravidão para o trabalho assalariado, o texto de Florestan atribui amplamente a incapacidade de muitos negros brasileiros em garantir emprego, educação e ascensão social à sua falta de preparo para os rigores e a competição no mercado de trabalho capitalista. A literatura posterior produzida por especialistas nesse período, entre os quais George Reid Andrews, forneceu evidências demonstrando que, de muitas maneiras, os negros paulistas estavam tão preparados, se não mais, do que a maioria dos imigrantes que foram para a cidade e o Estado de São Paulo naquele período, já que a maior parte dos negros daquela cidade nessa época já era livre e estava engajada em alguma espécie de trabalho assalariado, fosse diretamente ou como “homens de ganho”, sendo pagos para realizar determinadas tarefas.

Em vez de se concentrar, como Florestan, em investigar se os negros fizeram “com sucesso” a transição de escravos a libertos nesse período, Domingues amplia nossa percepção das condições complexas, frequentemente árduas e contraditórias em que os negros viveram e participaram dos eventos econômicos e políticos mais significativos daquela época, focalizando o que eles realmente fizeram. Seus capítulos sobre a imprensa negra e o Teatro Experimental do Negro serão complementos úteis à literatura atual, que compreende vários trabalhos importantes. A meu ver, contudo, são o segundo e o terceiro capítulos que fornecem a interpretação e os dados primários mais inovadores a respeito das dimensões negligenciadas da participação negra em dois movimentos e tendências sociopolíticas muito diferentes, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Quanto a esta última tendência, Domingues se concentra nas atividades de Arlindo Veiga dos Santos, intelectual e ativista proeminente tanto na Frente Negra Brasileira quanto no movimento patrianovista.

No caso da Revolução Constitucionalista, Domingues utiliza reportagens de jornais e testemunhos do período para lançar luz sobre o negligenciado papel da Legião Negra nos esforços de Vargas para

implantar reformas democráticas em apoio ao desejo da burguesia paulista emergente de consolidar seu poder e sua autoridade em relação à oligarquia. O capítulo seguinte estabelece um contraste interessante ao examinar a defesa e o apoio de Arlindo Veiga dos Santos à monarquia portuguesa, particularmente à luz da concessão, pela princesa Isabel, da liberdade aos escravos remanescentes do Império, um ano antes de ceder o trono aos arquitetos da nascente república em 1889. Além do uso original de dados primários, juntamente com o texto clássico de Clóvis Moura intitulado *Sociologia do negro brasileiro*, Domingues também inicia uma investigação explícita sobre o papel da ideologia na mobilização social e política dos negros. Como diz Domingues, fazendo eco a Clóvis Moura, a trajetória de Arlindo Veiga dos Santos “demonstra que os ativistas negros sempre estiveram vinculados, direta ou indiretamente, às correntes político-ideológicas de sua época”.

Há uma área de pesquisa potencialmente rica que está por ser escrita sobre as idéias e o conjunto de normas do movimento negro, que poderiam ser caracterizados como pensamento negro brasileiro. No contexto das Américas, a combinação singularmente contraditória de Arlindo Veiga dos Santos de monarquismo, xenofobia nacionalista, autoritarismo e solidariedade racialista com a comunidade negra sublinha um aspecto ressaltado pelo crítico literário Roberto Gonzalez Echevarria em *The voice of the masters*, de que enquanto a história dos Estados Unidos pode ser caracterizada, ao menos em parte, como predomínio da idéia de raça sobre a de nação, as ideologias nacionalistas latino-americanas subsumiram a categoria raça sob a bandeira da nação. No Brasil e nas outras sociedades nacionais da América do Sul, contudo, a categoria raça, ou, mais especificamente, a prática do racismo contra os povos indígenas e afro-descendentes, cada vez mais deixa de ser obscurecida pelas ideologias nacionalistas da harmonia e da abstenção de realidades racistas.

A cuidadosa leitura que Domingues faz de Veiga dos Santos e das tendências ideológicas de direita na Frente Negra Brasileira também demonstra as maneiras pelas quais, mesmo no Brasil, as ideologias

nacionalistas estão implícitas nas ideologias de solidariedade racial, assim como estas últimas estão implícitas nos ideais nacionalistas. Um dos aspectos pouco examinados de muitas ideologias nacionalistas, não apenas nas Américas, mas também no Velho Mundo, é o uso intercambiável dos termos raça e nação, ambos os quais, quando alinhados com o Estado moderno, simbolizam a unidade. Nesse sentido, os sonhos de unidade do Brasil de Veiga dos Santos combinavam raça e nação, não importa quão confusa e contraditória pudesse ser tal conjunção.

Finalmente, em termos conjunturais, a transição da Colônia para o Império e a República no Brasil trouxe consigo lógicas políticas distintas a que escravos e libertos tiveram de se adaptar. Em lugar de enxergar o apoio à monarquia na comunidade negra como sinal de falsa consciência, podemos percebê-lo à luz das liberdades sociais e políticas, ainda que limitadas, oferecidas pelo antigo regime de Dom Pedro II e da princesa Isabel, e do incerto conjunto de liberdades, ou limitações à liberdade, imposto pelos republicanos e seus correlativos tenentistas, respectivamente, em 1930 e 1932. Numa visão comparativa, o papel dos negros brasileiros como soldados, patriotas, abolicionistas e até mesmo adeptos da monarquia pode ser entendido como um conjunto de reações a um momento conjuntural, compartilhando algumas características com os escravos negros que lutaram ao lado dos britânicos durante a Revolução Americana, ou os comandantes negros na Colômbia no limiar da independência, que lutaram por duas formas de liberdade, a nacional e a comunal.

O capítulo final, em apoio à ação afirmativa, é, na minha visão, uma espécie de desvio, em termos temporais e históricos, já que o período coberto por esse capítulo está distante da transição do século XIX para o XX. Mas os temas relativos à igualdade, à justiça e ao acesso ao amplo conjunto de direitos e privilégios para uma população antes escravizada permanecem tão relevantes para a população negra do Brasil de hoje quanto o eram mais de um século atrás.

MICHAEL HANCHARD

Johns Hopkins University

APRESENTAÇÃO

Qual foi o destino dos escravos após o fim do cativeiro no Brasil? Apesar dos avanços na pesquisa histórica, essa é uma pergunta que continua sem resposta definitiva. Um dos trabalhos mais importantes com o intuito de “desvendar” o que aconteceu com o egresso do cativeiro foi realizado por Florestan Fernandes. Para esse sociólogo, uma das tendências dos ex-escravos foi de migrar para as cidades (Fernandes, 1978, v. 1, p. 62). E foi justamente isso que ocorreu com Augusto Alves da Silva, mais conhecido como Augustinho. Ex-escravo, natural da Bahia, mudou-se para São Paulo devido ao tráfico interprovincial de escravos no último quartel do século XIX.

Em 1938, na capital paulista, comemorava-se o cinquentenário da abolição da escravatura. Augustinho tinha 102 anos de idade. Justamente no dia 13 de maio daquele ano, quando, no meio dos populares, aguardava pela audiência com o prefeito de São Paulo, foi encontrado fortuitamente por um jornalista da *Folha da Noite* e tornou-se objeto de uma reportagem rica de informações intitulada “Alguns instantes de palestra com o ‘Rei do Congo’”. Falando lentamente sobre sua história de vida, Augustinho pensava em cada palavra proferida. A descrição das cenas era acompanhada de gestos com a cabeça e as mãos: “Em 1860, quando eu me encontrava em São Salvador, na Bahia, tive oportunidade de conhecer o nosso imperador, D. Pedro II. Foi no consulado português. D. Pedro solicitou de alguém um copo de água para tomar. E fui eu quem servi o

imperador, como escravo que era. E é com orgulho que me lembro da atitude serena, mas imponente, de D. Pedro II. Uma vez também, se não me engano em Campinas, vi a princesa Isabel e seu marido, o conde D’Eu” (1938).

Questionado sobre sua situação no 13 de Maio de 1888, Augustinho respondeu: “Quando a princesa Isabel assinou a ‘Lei Áurea’, eu era escravo alforriado da família do Barão de Itatiba, ou melhor da sua viúva. Morava eu em Campinas, nessa época. Desde o começo do ano de 1888 se vinha falando com muita insistência na nossa libertação. Os rumores eram tantos que chegaram aos nossos ouvidos algum tempo antes da assinatura da lei” (1938).

Com a Abolição, Augustinho – assim como muitos egressos do cativo – foi marginalizado pela nova ordem social. Vivendo de maneira instável, por vezes em condições degradantes, trabalhou sempre em cargos subalternos ou desqualificados socialmente. “Parece que foi em [18]99”, lembra ele. “Neste tempo eu servi no 40º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional, quando então tive oportunidade de defender o marechal Floriano Peixoto. O tempo foi passando. Mais tarde tornei-me empregado da Secretaria da Agricultura, onde exerci o cargo de servente. Ainda nesse cargo, algum tempo depois, passei para a Secretaria de Viação, onde cheguei a tornar-me contínuo da seção de Obras Públicas. E foi aqui que eu me aposentei, com 27 anos de serviço” (1938).

Perguntado sobre o motivo da sua presença na prefeitura, Augustinho declarou: “Há um mês atrás, fui aclamado ‘Rei do Congo’, para dirigir a congada que o Departamento de Cultura da prefeitura iria promover hoje, quando decorre a data da nossa libertação”. Indagado se já havia sido coroado, respondeu: “Ainda não. A coroação estava marcada para hoje, pouco antes da congada. É assim que se procede. O senhor precisava ver a minha roupa, mandada fazer pelo Departamento, bem como a roupa de todo o pessoal da minha corte. A começar pelos sapatinhos, tudo é gracioso e faz com que a gente pense mesmo que é rei, aos menos de alguma coisa” (1938).

Mas, afinal, como surgiu a congada? Desde a escravidão, elegia-se entre os negros congos, escravos ou libertos, um rei que constituía uma corte nos moldes da monarquia portuguesa.¹ Naquela época, todos os negros da nação deviam obediência ao Rei do Congo em troca de proteção. A congada tinha estrutura organizacional diretamente ligada à confraria Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Para existir, entretanto, precisava de autorização das autoridades brancas (Rodrigues, 1982, p. 32). A tradição da congada no meio negro continuou, no pós-Abolição, nos mais diversos rincões do país. Por isso, em 1938, quando se comemorou em São Paulo o cinquentenário da abolição da escravatura, incluiu-se nas festividades a apresentação da denominada “congada” da prefeitura. O local escolhido para o evento foi a Praça da Sé, no centro da cidade. Todos os preparativos já estavam finalizados. Na última hora, contudo, a apresentação da congada foi suspensa. A revolta discreta do ex-escravo, que seria elevado ao posto de “majestade”, foi evidenciada no final da entrevista concedida ao repórter da *Folha da Noite*: “Agora, depois de tantos anos passados, encontro-me aqui, feito ‘Rei’, à espera de poder falar ao prefeito de São Paulo, para receber suas ordens no sentido de saber se a nossa congada de hoje ainda se realizará ou não” (1938).

Do ponto de vista dos interesses da classe dominante, a congada era uma estratégia ideológica de controle social. Na medida em que introjetava a ilusão de poder político ou prestígio social na “mente” dos negros, ela permitia que tal segmento populacional fosse submetido mais facilmente aos mecanismos de disciplinarização racial e dominação de classe.² Já Clóvis Moura entende que a congada cumpre um papel catártico para o negro e “serve para reavivar a memória africana, apesar dos elementos do catolicismo presentes. Embora tênue, a volta da memória africana serve para que esses negros se reencontrem como seres, se rearticulem e procurem manter-se unidos em torno desses símbolos invocados” (Moura, 1983, p. 70). Nesse sentido, a congada não produziria alienação; pelo contrário, estaria a serviço da preservação cultural e da construção da identidade étnica do negro no país.

Antes de finalizar este relato preliminar, é pertinente pensar na seguinte questão: por que a prefeitura de São Paulo suspendeu a apresentação da congada que confirmaria o “reinado” de Augustinho em 1938? Suspeita-se que as razões estejam ligadas ao descaso com que as manifestações culturais praticadas pelos negros eram tratadas pelo poder público. É difícil responder a essa pergunta com total segurança, porém há uma certeza: na medida em que foi excluído ou incluído marginalmente no mercado de trabalho, na vida social e no mundo político e submetido às agruras do racismo na ordem republicana, o ex-escravo e seus descendentes passaram a viver no “mundo dos brancos”, em regime de semicidadania ou subcidadania. O caso de Augustinho ilustra de maneira cabal essa situação que assolou a “população de cor” de São Paulo e – por que não dizer? – do resto do país.

Augustinho é apenas um dentre milhares de negros anônimos que tiveram seus sonhos frustrados devido à insensibilidade das políticas públicas implementadas pela elite brasileira na época. Entrementes, em vez de lamentar, este livro tem como eixo norteador esboçar a luta e a resistência dos afro-brasileiros em alguns momentos do período republicano. Como este livro não foi previamente planejado, mas obra das contingências, um ou outro tópico dos capítulos destoa da proposta mais geral, sem, contudo, deixar de ser importante registro do protagonismo negro.

A proposta do primeiro capítulo é recuperar a história da imprensa negra paulista no período de 1889 a 1930. A princípio, procura-se analisar, em breves notas, a produção acadêmica sobre a temática; em seguida, pretende-se demonstrar de que maneira os jornais produzidos pelos e para os negros constituíram instrumento de elevação moral, inclusão social, mobilização política e consciência racial. Uma das idéias aventadas é a de que a população descendente de africanos em São Paulo se espelhou, em alguns aspectos, na experiência cultural afirmativa das comunidades étnicas de imigrantes europeus.

O segundo capítulo tem como escopo abordar um assunto subexplorado pela historiografia: a luta dos descendentes de africanos pela conquista dos plenos direitos no exercício da cidadania na sociedade brasileira do pós-Abolição. Para tanto, pretende-se delinear a trajetória de dois agrupamentos do movimento social, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro e, num segundo momento, empreender uma análise do discurso desses dois agrupamentos, procurando entender como os descendentes de africanos organizaram um movimento de resistência, marcado pelos embates contra o “preconceito de cor” e a inserção social subalterna no quadro republicano do país.

O terceiro capítulo tem a pretensão de discorrer sobre a participação de milhares de negros na Revolução Constitucionalista de 1932 e, em particular, escrever pioneiramente sobre a história da Legião Negra, com base em fontes documentais que evidenciam sua origem, suas lideranças, sua estrutura organizacional, sua dinâmica de funcionamento, seus métodos de arregimentação, seu desempenho no *front* de batalha, seus episódios marcantes e o papel da mulher negra, dentre outras questões. Pretende-se demonstrar que, a despeito de sua ativa participação, o negro permanece “esquecido” pela memória oficial da Revolução Constitucionalista.

No quarto capítulo, o intuito é fazer um exame das ações afirmativas em benefício da população negra, tendo como eixo a polêmica em torno da instituição de um programa de cotas raciais, principalmente, nas universidades públicas. Sugere-se que tal programa significa um marco na história do país: por um lado, é a primeira vez que o Estado brasileiro busca reparar a população negra pelas injustiças do passado (e do presente); e, por outro, também é a primeira vez que a opinião pública nacional se sensibiliza tanto para o problema do racismo anti-negro e discute suas possíveis soluções. Este livro é fruto de parte de minha produção intelectual durante os anos de 2002 a 2006. Paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa para minha tese de doutorado, redigi estes textos.

NOTAS

- 1] Nina Rodrigues avaliza que “a notícia mais remota sobre a instituição do Rei do Congo consta de uma referência que faz a respeito um velho compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Iguaraçu [Pernambuco], datado de 24 de junho de 1706, copiado do de igual irmandade da cidade de Olinda, e aprovado por provisão de 8 de abril de 1711” (Rodrigues, 1982, p. 32). No entanto, a historiadora Marina de Mello e Souza (2002, p. 206) encontrou o relato de uma festa de eleição do Rei e da Rainha do Congo que data de 1666, na cidade de Olinda, também em Pernambuco.
- 2] Depois de alguns anos do seu surgimento, a eleição dos reis do Congo passou a ser referendada pelo chefe de polícia, que possuía poderes para vetar o pleito. Em documento apresentado por Nina Rodrigues, o chefe de polícia na cidade do Recife em 1848, Dr. Antônio Henrique, confirma a nomeação do “preto liberto” Antônio de Oliveira para rei do Congo, todavia, este ficava “obrigado a inspecionar e manter a ordem e subordinação entre os pretos que lhe forem sujeitos” (Rodrigues, 1982, p. 33).